

ANEXO – II

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A FUNDAÇÃO DO ABC - FUABC, E DO OUTRO LADO A EMPRESA....., CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR (JANELA, SPLIT HI-WALL, SPLIT CASSETE, SPLIT PISO-TETO, DUTADO E EXAUSTORES) E ELABORAÇÃO DO PMOC – PLANO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DE OPERAÇÕES E EMISSÃO DE LAUDO E DOCUMENTO LEGAL – EMITIDO POR ENTIDADE DE CLASSE - DOS PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS HABILITADOS PARA ELABORAÇÃO DE PMOC PARA O CAMPUS DA FACULDADE DE MEDICINA DO ABC – FMABC, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATADA:

A **FUNDAÇÃO DO ABC**, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0001-00 neste ato representado por seu Presidente (qualificação completa), doravante denominada simplesmente “CONTRATANTE”, e de outro lado, a empresa (qualificação completa), representada neste ato por seu representante legal (qualificação completa), doravante designada “CONTRATADA”, tendo em vista o que consta no Processo nº 0___/2025 nas condições e especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência e de acordo com a nova Lei Geral de Licitações e Contratos nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e, subsidiariamente, pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, suas alterações posteriores e demais normas legais pertinentes, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.0. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DOS CONDICIONADORES DE AR (JANELA, SPLIT HI-WALL, SPLIT CASSETE, SPLIT PISO-TETO, DUTADO E EXAUSTORES) E ELABORAÇÃO DO PMOC – PLANO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DE OPERAÇÕES E EMISSÃO DE LAUDO E DOCUMENTO LEGAL – EMITIDO POR ENTIDADE DE CLASSE - DOS PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS HABILITADOS PARA ELABORAÇÃO DE PMOC PARA O CAMPUS DA FACULDADE DE MEDICINA DO ABC – FMABC, nas condições e especificações constantes do presente Termo de Referência e de acordo com a Lei Geral de Licitações e Contratos nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

1.2. Constituem parte integrante deste Contrato os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram manter pleno conhecimento.

I- Edital de Pregão Eletrônico nº 0___/2025

II- Termo de Referência;

III- Proposta de preços, documentos de habilitação e declarações;

- IV-Termo de Responsabilidade pelo tratamento de dados pessoais – Fornecedor;
- V- Questionário de Due Diligence de Compliance de Fornecedores;
- VI - Termo de ciência e notificação.
- VII - Declaração de Cumprimento ao Código de Conduta Ética - Fornecedores.

2.0 . VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. O prazo de vigência deverá ser pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais períodos a critério da contratante até o período de 60 (sessenta) meses, desde que:

- a) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja apresentado justificativa e motivo, por escrito, de que a Instituição Contratante mantém interesse na realização do serviço;
- d) Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Contratante;
- e) Haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação; e
- f) Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.0. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

3.1. As especificações dos serviços estão contidas no Anexo A do termo de referência.

4.0. DO PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

4.1. A Contratada deve estar apta para início da prestação do serviço na data de assinatura do contrato.

4.2. Seguir a prestação de serviços conforme cronograma – anexo H do termo de referência, estabelecido pela Contratante.

5.0. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada:

5.1. Executar adequadamente o plano de limpeza e higienização, incluindo metas, metodologia, cronograma, execução e supervisão permanente dos serviços de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constatar, mantendo sempre em perfeita ordem as dependências do Contratante;

5.2. Executar o PMOC dentro do planejamento indicado no Anexo A com apresentação de Laudo de qualidade de ar anualmente, até a primeira quinzena do ano subsequente;

5.3. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos no termo de referência, com observância das normas regulamentadoras e técnicas vigentes e, das recomendações de boas práticas e técnicas de engenharia;

5.4. Testar as instalações e os serviços executados na presença do fiscal do contrato sempre que for solicitado;

- 5.5.** Deixar, após os serviços, as instalações com bom aspecto, não sendo admitidos desalinhamentos, sujeidade, desleixo nas instalações, que não inspirem segurança e que sejam desagradáveis à vista e ao uso;
- 5.6.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis os componentes entregues com avarias ou defeitos;
- 5.7.** Comunicar à contratada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas de antecede a data de entrega dos bens contratados, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.8.** Responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio da contratante ou a terceiros, ocasionados por seus profissionais por dolo ou culpa, durante a execução do objeto contratado arcando com todas as despesas necessárias ao restabelecimento das condições originais;
- 5.9.** Manter o fiscal do contrato sempre informado sobre quaisquer fatos e atos considerados importantes ou irregulares verificados;
- 5.10.** Registrar o contrato em órgão de classe dos profissionais responsáveis e habilitados para elaboração de PMOC, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da assinatura do contrato, ou no prazo de 15 (quinze) dias corridos no caso de substituição deste profissional.
- 5.11.** Comunicar oficialmente quaisquer mudanças na equipe de atendimento ao contrato.
- 5.12.** Em hipótese alguma a Contratada poderá subcontratar parcial ou total os serviços constantes no objeto deste contrato, ressalvados aos casos previstos ou que venham a ser aprovados pela FMABC.
- 5.13.** Todos os serviços que exigirem a paralisação das instalações deverão ser submetidos ao planejamento junto à FMABC para aprovação e divulgação.
- 5.14.** Qualquer serviço a ser realizado aos sábados, domingos e feriados ou fora do referido horário dependerá de prévia e formal autorização da FMABC.
- 5.15.** A alteração de data e o horário de trabalho, por motivo justificado, para execução dos serviços de higienização e limpeza deverão ser comunicados previamente, no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência ao fiscal, para aprovação e autorização da FMABC.
- 5.16.** Para a prestação de serviço, a Contratada deve instalar um container equipado para a execução das atividades envolvidas na limpeza e higienização dos equipamentos de ar-condicionado.
- 5.17.** Os serviços, que por motivos técnicos não puderem ser executados nos locais onde estão instalados, serão removidos pela Contratada, sem qualquer ônus adicional para o Contratante, mediante prévia aprovação e avaliação da fiscalização do contrato. A Contratada fica responsável pela integridade destes equipamentos durante a remoção, transporte e reinstalação.
- 5.18.** A Contratada deverá apresentar para o Departamento de Segurança de Trabalho da FMABC todas as informações solicitadas em relação as atividades desenvolvidas no campus (Exemplo: Relação dos equipamentos de proteção individual – EPI e de proteção coletiva – EPC). Qualquer irregularidade impeditiva observada poderá implicar que as atividades sejam interrompidas.
- 5.19.** Toda, e qualquer, atividade executada pela Contratada que exceder os prazos estipulados no PMOC, deve ser comunicada para a aprovação da FMABC.
- 5.20.** Apresentação dos colaboradores que executarão os serviços:
- 5.20.1.** Uniformes completos com a identificação da empresa e adequados à natureza do serviço; Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletiva adequados aos serviços prestados, conforme Norma Regulamentadora 6 e 18 (item 18.23.) do Ministério do Trabalho e Emprego e CLT (arts. 166 e 167), impondo penalidade àqueles que se negarem a usá-los;
- 5.20.2.** Crachás de identificação com fotografia.

5.20.3. Executar ensaios, testes, medições e demais rotinas exigidas por normas técnicas oficiais, arcando com todas as responsabilidades técnicas e financeiras para realização dos testes necessários à aferição dos serviços.

5.21. Após a realização dos testes, se for constatado algum defeito no equipamento, a CONTRATADA deverá informar imediatamente a equipe de manutenção da FMABC, a fim de que esta providencie a compra e substituição das peças, caso necessário.

5.22. A responsabilidade pela aquisição das peças e pela substituição será inteiramente da FMABC, cabendo à CONTRATADA apenas a notificação do defeito no equipamento.

5.23. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

6.0. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

6.1. Efetuar, na data acertada, os pagamentos devidos à Contratada pelo serviço a ser prestado.

6.2. Atestar as faturas correspondentes, por intermédio do servidor responsável pelo acompanhamento do processo.

6.3. Receber os bens no prazo e condições estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência.

6.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens contratados.

6.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos bens contratados, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

6.6. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução deste instrumento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.7. Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à Contratada.

6.8. Exercer a fiscalização dos serviços prestados pela Contratada.

6.9. Assegurar o acesso dos empregados da Contratada aos locais em que devam executar suas atividades, disponibilizando meios de identificação (crachá), e mantendo, por meio do setor de segurança da Contratante, ficha cadastral atualizada.

6.10. Não permitir o ingresso de terceiros não autorizados em locais próprios dos equipamentos, mediante controle de acesso.

6.11. A Contratante reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, fiscalização sobre a entrega e instalação dos equipamentos e, ainda, aplicar penalidades ou rescindir o Contrato, caso a Contratada descumpra o Contrato.

6.12. Será nomeado um ou mais colaboradores responsáveis pela fiscalização do Contrato, devendo este anotar e registrar todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento do Contrato. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da empresa em relação ao acordado.

6.13. Elegerá como responsável pela fiscalização algum membro da engenharia, o qual poderá ser contactado em horário comercial através dos canais abaixo descritos:

E-mails: manutencao@fmabc.br e thalita.vicente@fuabc.org.br

Telefone: (011) 4993-5479

6.14. Os equipamentos ou serviços rejeitados, deverão ser refeitos pela Contratada sem nenhum ônus adicional para a Contratante.

- 6.15.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela licitante, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 6.16.** Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias para a implantação do serviço;
- 6.17.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto especificado neste instrumento e seus anexos;
- 6.18.** Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA cumpra suas obrigações na forma deste instrumento e seus anexos;
- 6.19.** Rejeitar no todo, ou em parte, os serviços inadequados, solicitando que sejam refeitos a expensas da CONTRATADA.
- 6.20.** Efetuar e atestar o pagamento dos serviços na forma deste instrumento e seus anexos;
- 6.21.** Notificar, por escrito, a contratada, da constatação de quaisquer irregularidades pertinentes ao bom andamento dos serviços;
- 6.22.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.0. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e acompanhamento da execução do objeto será por meio da área requisitante FMABC, observando que:

- 7.1.** O Centro Universitário FMABC, acompanhará e avaliará o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, inclusive atestando as notas fiscais pelo cumprimento da execução dos serviços. Contudo, essa atribuição de fiscalização não exime a Mantenedora – Fundação do ABC do poder total sobre a execução do contrato, permanecendo com a autoridade de tomar decisões e orientações necessárias para garantir o cumprimento integral das obrigações contratuais.
- 7.2.** O Fiscal designado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 7.3.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverá ser solicitada a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 7.4.** A fiscalização por parte da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade de seus agentes e prepostos, ressaltando-se, ainda, que mesmo atestado o serviço adquirido, subsistirá a responsabilidade da Contratada pela solidez, qualidade e segurança deste último.
- 7.5.** Os serviços a serem realizados nos horários estabelecidos abaixo e serão acompanhados pelo fiscal do Contrato, o qual deverá validar a ordem de serviço e entregar junto com a Nota fiscal.
 - a) Centros Cirúrgicos, Laboratórios e Áreas Administrativas – a partir das 18:00 hs até às 6:00 hs;
 - b) Demais áreas – a partir das 22:00 hs até às 6:00 hs.
 - c) Nos períodos de recesso escolar (segunda quinzena de dezembro, mês de janeiro e julho) os equipamentos poderão ser higienizados de segunda sexta em horário comercial (7:00 hs as 18:00 hs).

8.0. DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

- 8.1.** É vedada a cessão ou transferência total ou parcial dos direitos e/ou obrigações inerentes a este contrato, por quaisquer das partes, sem prévia e expressa autorização da outra.

9.0. DO PAGAMENTO

A Contratante compromete-se a pagar o preço constante da proposta da Contratada, observadas as seguintes condições:

9.1. A nota fiscal deverá ser gerada no último dia útil do mês da prestação de serviços e enviada para a FMABC, e o pagamento será realizado no dia 30 do mês subsequente a emissão da nota fiscal e após atestação dos serviços realizados no período, observando-se a retenção determinada pela ordem de serviço nº 203 de 29/01/99 do INSS.

9.2. A FMABC deverá encaminhar as notas fiscais referente aos serviços prestados para Mantenedora – Fundação do ABC atestadas, em até 10 dias a contar da emissão da nota fiscal, para que a Contratante possa proceder com as análises devidas e o subsequente pagamento dos valores.

9.3. É obrigatório a inclusão do número do processo no corpo da nota fiscal, caso não haja tal informação o pagamento não será efetuado até sua regularização.

9.4. Caso seja detectado algum problema na documentação entregue anexada à nota fiscal, será concedido, pela Contratante, prazo para regularização.

9.5. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da Nota Fiscal/Fatura por parte da Contratada importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da Contratante.

9.6. Em caso de eventuais atrasos, os valores serão atualizados de acordo com a legislação vigente.

9.7. A Contratada deverá indicar, com a documentação fiscal, o número da conta corrente e a agência, preferencialmente do Banco Santander S/A, a fim de agilizar o pagamento.

9.8. O pagamento devido pela Contratante será efetuado mediante a apresentação pela Contratada dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal constando a discriminação detalhada do serviço prestado;
- b) CND válida, provando a regularidade do prestador de serviços junto à Previdência Social;
- c) Prova de Regularidade perante o FGTS;

9.9. Fica expressamente vedada a emissão e negociação de qualquer duplicata com base (ou relacionada) nos valores devidos pela Contratante sob o presente instrumento.

9.10. A Fundação do ABC não assumirá responsabilidade alguma por pagamento de impostos e encargos que competirem a Contratada, nem estará obrigado a restituir-lhe valores, principais e acessórios, que porventura despendem com pagamento dessa natureza.

10.0. DO VALOR

10.1. Dá-se ao presente contrato o valor mensal estimado de R\$_____, perfazendo o valor global estimado R\$_____, considerando que os pagamentos serão realizados mediante o cronograma Anexo H do Termo de Referência.

11.0. DO REAJUSTE

11.1. Os preços dos serviços contratados são fixos e irrevogáveis durante os 12 (doze) primeiros meses.

11.2. A Contratada poderá solicitar o reajuste após decorrido o período de 12 (doze) meses do início da prestação dos serviços, tendo por base o menor índice oficial, divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou por outro índice que substitua no caso de sua extinção, acumulada no período, de forma que a CONTRATANTE submeta a solicitação para análise, podendo aprovar ou não, observando os seguintes critérios:

11.1.1. Eleição do Índice:

11.1.1.1. Dois meses de retroação da data base (mês da proposta)

11.1.2. Na periodicidade:

11.1.2.1. Será considerada a variação ocorrida no período de 12 (doze), a contar do mês da proposta, observada a retroação de dois na eleição dos índices

11.2. Só poderá ser aplicado um único e exclusivo reajuste contratual a cada 12 (doze) meses, não sendo permitida outras formas de reajuste.

12.0. A ALTERAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO

12.1. Este contrato poderá ser modificado no todo ou em parte, por acordo entre as partes, somente através de Termo Aditivo.

13.0. DAS PENALIDADES E RECURSOS

13.1. A Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- I) advertência;
- II) multa, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
 - III) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas em contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
- IV) 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou 5% (cinco por cento) do valor total do objeto contratado, no caso de inexecução parcial;
- V) Impedimento de licitar e contratar;
- VI) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.2. Da aplicação das penalidades previstas nos incisos I, II e III do caput, poderão ser interpostos recursos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

14.0. DA RESCISÃO

14.1. A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme penalidades do artigo anterior.

14.2. As práticas passíveis de rescisão, tratadas no inciso anterior, podem ser definidas, dentre outras, como:

- a) corrupta:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da **Contratante** no processo administrativo ou na execução do Contrato;
- b) fraudulenta:** falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo administrativo ou de execução do Contrato;
- c) colusiva:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais interessados, com ou sem conhecimento de representantes da Companhia, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) coercitiva:** causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo administrativo ou afetar a execução do Contrato;

e) obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

14.3. As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa física e/ou jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes da **Contratada** e dos administradores ou gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da lei.

14.4. São considerados motivos para a rescisão:

- a) a inexecução parcial ou total das obrigações e prazos constantes nos Instrumentos Convocatórios e Contratuais;
- b) a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- c) a decretação de falência ou a insolvência civil do contratado;
- d) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **Contratada**, desde que prejudique a execução do Contrato;
- e) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;
- f) o atraso nos pagamentos devidos pela **Contratante** decorrentes de serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- g) a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- h) a aplicação ao contratado de suspensão do direito de licitar e/ou contratar com a **FUNDAÇÃO DO ABC E SUAS UNIDADES GERENCIADAS**;
- i) o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- j) ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento administrativo regulamentar e licitatório público;
- k) ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento administrativo regulamentar e/ou licitatório público; ter afastado ou procurado afastar Proponentes, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- l) ter fraudado procedimento administrativo regulamentar e/ou licitação pública ou Contrato dela decorrente;
- m) ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar Contrato Administrativo;
- n) ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de Contratos celebrados com a Administração Pública e demais entes licitantes, sem autorização em lei, no instrumento convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- o) ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos celebrados com a Administração Pública;

p) ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional;

15. O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, desde que haja conveniência para a Contratante mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade superior, nos termos do artigo 138, §1º da Lei 14.133/21.

15.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Este ajuste regular-se-á pelas suas disposições e partes integrantes tais como seus anexos, processo administrativo, proposta da CONTRATADA, legislação vigente e demais normas de direito aplicáveis.

15.2. A tolerância por qualquer das Partes em exercer qualquer de seus direitos sob o presente não deverá ser considerada renúncia ou novação, e não afetará o subsequente exercício de tal direito. Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for especificamente outorgada por escrito.

15.3. Na hipótese em que quaisquer termos ou disposições do presente contrato venham a ser declarados nulos ou não aplicáveis, tal nulidade ou inexecutabilidade não afetará o restante do contrato, que permanecerá em pleno vigor e eficácia, como se tais disposições jamais lhe houvessem sido incorporadas.

15.4. Em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei nº 12.709/2018 - as partes se obrigam a respeitar os termos e condições estabelecidos no Anexo V.

15.5. O presente contrato não cria qualquer vínculo empregatício, societário, associativo, de representação, agenciamento, consórcio, ou assemelhados entre as Partes, arcando cada qual com suas respectivas obrigações nos termos do ordenamento jurídico em vigor.

16.0. DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro de Santo André – São Paulo, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Santo André, XX de XXX de 2025.

FUNDAÇÃO DO ABC
(Representante legal)

CONTRATADA
(Representante legal)

Testemunhas:

1- Ass: _____ Nome: _____ CPF: _____

2- Ass: _____ Nome: _____ CPF: _____

ANEXO III – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº XXXX

DA PROTEÇÃO DE DADOS E TERMO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

1.1. Quando utilizados neste Contrato os seguintes termos, no singular ou no plural, terão o significado atribuído a eles abaixo, exceto se expressamente indicado ou acordado entre as Partes de outra forma:

Dado(s) Pessoal(ais)” significa qualquer informação que identifique ou possa identificar uma pessoa física, como, por exemplo, nome, CPF, endereço, e-mail, número de IP, número de conta corrente, dentre outras.

“Dado(s) Pessoal(ais) Sensível(eis)” significa qualquer informação que revele, ou qualquer tratamento que venha revelar, em relação a uma pessoa física, sua origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a Organização de caráter religioso, filosófico ou político, dados referentes a saúde ou a vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

“Titular(es)” significa qualquer pessoa física identificada ou que possa vir a ser identificada a partir dos Dados Pessoais.

“Tratamento” significa toda e qualquer atividade realizada com os Dados Pessoais, incluindo (mas não se limitando à/ao), coleta, armazenamento, compartilhamento, destruição, agregação, dentre outros.

“Violação de Dados” significa um incidente de segurança não autorizado que provoque (i) destruição, (ii) perda, (iii) alteração, (iv) divulgação ou (v) acesso acidental ou ilegal a Dados Pessoais.

LEGISLAÇÃO DE Proteção de Dados: significa qualquer lei sobre privacidade e proteção a dados, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), à(s) qual(is) a CONTRATADA esteja sujeita em conexão com o Contrato (incluindo, sem limitação, e a título de exemplo, interpretações, decisões, acordos ou diretrizes de qualquer autoridade governamental);

LGPD: significa a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, assim como suas eventuais alterações, regulamentações ou substituições.

Todos os demais termos não definidos neste Contrato que possuem definição na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) serão compreendidos como ali descritos.

1.2. As Partes, neste ato, se comprometem a cumprir toda a legislação aplicável sobre a segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive (sempre e quando aplicáveis) a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/2014), seu decreto regulamentar (Decreto 8.771/2016), a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) (LGPD), e as demais normas setoriais ou gerais sobre o tema, se comprometendo a tratar os dados pessoais e sensíveis (“Dados”) de acordo com as melhores práticas de proteção de dados utilizadas no mercado, se comprometendo a:

- (i) Atender eventuais solicitações de autoridades brasileiras, incluindo a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”);
- (ii) Respeitar, no Tratamento de Dados, os princípios descritos no artigo 6º da LGPD, disponibilizando aos Titulares todas as informações obrigatórias previstas na LGPD e nas demais legislações aplicáveis;
- (iii) Manter um programa de segurança da informação apropriado, razoável e por escrito, que inclua medidas físicas, técnicas e organizacionais proporcionais à natureza do dado pessoal tratado sob este Contrato, medidas que correspondam ou superem padrões e boas práticas industriais e que sejam adequadas a prevenir a Violação de Dados Pessoais;
- (iv) As Partes cumprirão a Legislação de Proteção de Dados que tenha conexão com este Contrato;
- (v) Não reter quaisquer Dados por período superior ao necessário para o cumprimento das suas obrigações ou para cumprimento de prazo fixado em lei específica, salvaguardas e hipóteses em sentido contrário;
- (vi) Respeitar os direitos dos Titulares previstos na LGPD, e responder às solicitações dos Titulares;
- (vii) Manter registro dos Tratamentos realizados e
- (viii) Notificar, quando exigido pela legislação, as autoridades competentes e os Titulares sobre eventual a Violação de Dados, nos termos do artigo 48 da LGPD.

1.3. As Partes declaram que têm compromisso com a privacidade de seus clientes, parceiros e empregados, sendo sua atuação guiada pelos seguintes princípios: (a) limitação de uso de dados pessoais ao extremamente necessário para atender aos propósitos empresariais; (b) acesso aos dados pessoais apenas por pessoas imprescindíveis e eliminação de dados quando não mais necessários; (c) cuidado adicional no tratamento de dados pessoais sensíveis; (d) transparência com clientes, parceiros e empregados; (e) segurança dos dados pessoais.

1.4. A parte prejudicada terá o direito de ser reembolsada pela parte infratora por quaisquer perdas, danos, multas, custos ou despesas (incluindo despesas e desembolsos legais) incorridos pela parte prejudicada e que resultem de uma Violação de Dados Pessoais, falha na adoção de medidas de segurança exigidas pelo artigo 46 da LGPD ou da violação de algum item desta cláusula em relação a quaisquer dados pessoais tratados em conexão com o Contrato, e que tais valores serão considerados perdas diretas e serão devidos pela parte infratora à parte prejudicada, mediante comprovação.

2.0 - A CONTRATANTE exige que todos os seus fornecedores e/ou prestadores de serviços, tenham comportamentos socialmente responsáveis e cumpram as disposições legais que proíbem o uso de mão-de-obra infantil e trabalho análogo à escravidão, assim como a legislação que determina a empregabilidade de pessoas com deficiências e dos que buscam o primeiro emprego (PNPE), devendo cumprir todas as obrigações previdenciárias e trabalhistas com seus colaboradores e/ou da mão de obra terceirizada ou subcontratada.

2.1 - A CONTRATANTE declara que cumpre a legislação relacionada aos direitos humanos e não tolera atos de discriminação, assédio ou abuso, suborno e/ou atos ilícitos que favoreçam a exploração de crianças e adolescentes, nos termos da Política de Direitos Humanos da CONTRATADA.

2.3 - A CONTRANTE declara que segue as diretrizes e legislações para preservar o meio ambiente e repudia o uso de recursos naturais não licenciados pelos órgãos de proteção ambiental, bem como cumpre com os procedimentos legais aplicáveis à sua atividade.

Santo André, XX de XXX de 2025.

FUNDAÇÃO DO ABC
(Representante legal)

CONTRATADA
(Representante legal)